

Demonstrações Contábeis

Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis	1
--	---

Demonstrações contábeis auditadas

Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	9



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos atenção a nota explicativa nº 2.7 às demonstrações contábeis, que descrevem a mudança voluntária na política contábil de classificação de aplicações financeiras como equivalentes de caixa pela Companhia a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior e ao saldo de abertura do último exercício apresentado, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo retificados como previsto na NBC TG 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Adilvo França Junior', is written over the printed name and title.

Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA-021419/O

TUCANO F7 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>			(Reapresentado)	(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	3	29.954	22.264	35.436
Contas a receber de clientes		3.684	3.115	742
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		984	889	402
Outros tributos a recuperar		-	-	326
Outros ativos	4	553	23.333	28.402
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		35.175	49.601	65.308
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>				
Cauções e depósitos vinculados		3.593	3.270	2.947
Outros ativos	4	370	370	370
Imobilizado, líquido	5	261.325	254.472	231.979
Intangível, líquido		335	365	3.726
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		265.623	258.477	239.022
TOTAL DO ATIVO		300.798	308.078	304.330
	Notas	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>				
Fornecedores	6	6.238	6.658	1.532
Empréstimos e financiamentos	7	6.563	4.318	1.412
Imposto de renda e contribuição social a pagar		394	309	30
Dividendos a pagar	8	12.758	9.052	10.534
Contas a pagar a partes relacionadas	8	301	37	159
Passivo de arrendamento		70	64	-
Outros tributos a pagar		159	138	45
Outras obrigações		-	-	10.735
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		26.483	20.576	24.447
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>				
Empréstimos e financiamentos	7	123.260	129.758	126.746
Contas a pagar a partes relacionadas	8	1.620	2.002	2.372
Passivo de arrendamento		6.356	6.416	5.009
Tributos diferidos		113	814	898
Outras obrigações		2.750	3.339	1.115
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		134.099	142.329	136.140
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>				
Capital social subscrito e integralizado		134.060	134.060	124.343
Reserva de lucros		6.157	11.113	11.641
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	7.759
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	140.217	145.173	143.743
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		300.798	308.078	304.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO F7 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	10	41.871	46.899
Custo de produção e operação de energia	11	<u>(20.959)</u>	<u>(18.744)</u>
LUCRO BRUTO		<u>20.912</u>	<u>28.155</u>
Gerais e administrativas		(637)	(106)
Outras despesas operacionais	12	<u>(1.384)</u>	<u>(1.170)</u>
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS		<u>(2.021)</u>	<u>(1.276)</u>
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		<u>18.891</u>	<u>26.879</u>
Receitas financeiras		2.777	4.761
Despesas financeiras		<u>(12.109)</u>	<u>(9.737)</u>
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	13	<u>(9.332)</u>	<u>(4.976)</u>
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		9.559	21.903
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.459)	(2.930)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		701	83
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	14	<u>(1.758)</u>	<u>(2.847)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>7.801</u>	<u>19.056</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TUCANO F7 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.801	19.056
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	7.801	19.056

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TUCANO F7 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Total do Patrimônio Líquido
		Capital social subscrito e integralizado	Reserva Legal	Reserva de Investimentos			
Saldos em 31 de dezembro de 2022		124.343	1.109	10.532	-	7.759	143.743
Lucro líquido do exercício		-	-	-	19.056	-	19.056
Aumento de capital		17.476	-	-	-	(7.759)	9.717
Redução de capital		(7.759)	-	-	-	-	(7.759)
Constituição de Reserva legal		-	953	-	(953)	-	-
Constituição de Reserva de investimentos		-	-	9.051	(9.051)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(9.052)	-	(9.052)
Dividendos adicionais propostos		-	-	(10.532)	-	-	(10.532)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9	134.060	2.062	9.051	-	-	145.173
Lucro líquido do exercício		-	-	-	7.801	-	7.801
Constituição de reserva legal		-	389	-	(389)	-	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	3.706	(3.706)	-	-
Distribuição de dividendos intermediários		-	-	(9.052)	-	-	(9.052)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(3.706)	-	(3.706)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9	134.060	2.451	3.705	-	-	140.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO F7 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	2024	2023
		(Reapresentado)
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	7.801	19.056
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	11 8.818	7.963
Juros sobre arrendamento	13 (604)	(162)
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	13 (363)	(385)
Encargos de dívidas, líquido de juros capitalizados	13 9.131	9.494
Amortização do custo de transação	13 67	56
Tributos e contribuições sociais diferidos	14 (701)	(83)
	24.149	35.939
Variação de ativos e passivos operacionais	22.182	(9.899)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.797)	(2.631)
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	7 (9.128)	(2.425)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	35.406	20.984
Atividades de investimentos:		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	5 (14.381)	(24.437)
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	40	62
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(14.341)	(24.375)
Atividades de financiamentos:		
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	7 (1)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	7 (4.322)	(1.207)
Dividendos pagos	(9.052)	(10.532)
Aumento (redução) de capital social	9 -	1.958
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(13.375)	(9.781)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	7.690	(13.172)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	22.264	35.436
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	29.954	22.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A. ("Companhia"), cuja sede está localizada na Fazenda Conga, s/nº, na cidade de Tucano, Estado da Bahia, é uma sociedade por ações de capital fechado. Foi constituída em 30 de dezembro de 2019 e tem por objeto social a geração e o comércio atacadista de energia elétrica. A Companhia é integrante do complexo eólico Tucano, localizado no Estado da Bahia. Por meio da Resolução Autorizativa nº 8.822 de 19 de maio de 2020 a ANEEL autorizou a Companhia a implantar e explorar a Central Geradora Eólica Tucano F7 por 35 anos, sob o regime de Autoprodução de Energia Elétrica.

A Companhia é controlada diretamente pela Tucano *Holdings* III S.A. e indiretamente pela Tucano *Holdings* I S.A., pela Auren Participações S.A. e pela Auren Energia S.A.

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ("ANEEL") a seguinte autorização e registro de geração, conforme Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e portaria do Ministério de Minas e Energia ("MME"):

Parque Gerador	Contrato	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm (j)
Tucano F7	ACL	REA 8822/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	9	55,8	26,8

(i) A garantia física divulgada foi homologada pela ANEEL.

1.1 Combinação de Negócios com a Auren Energia S.A

Em 15 de maio de 2024, a antiga controladora indireta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES *Holdings* Brasil Ltda., a AES *Holdings* Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN *Holdings* Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças ("Transação") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultou na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias das duas Companhias.

A Transação foi concluída em 31 de outubro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 8 de abril de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Apesar do risco de *Constrained-off* mencionado na nota 15.2 (c.2), a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos contábeis ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes elencado(s) abaixo e, quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Norma	Alteração
Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7	As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma	Alteração
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação.

2.7 Revisão de política contábil

A Companhia, objetivando alinhamento com o Grupo Auren após a transação de combinação de negócios, procedeu a revisão da sua política contábil relativa à classificação de aplicações financeiras de curto prazo como equivalentes de caixa. A Companhia avaliou que o referido alinhamento resulta em informação mais relevante para os usuários das suas demonstrações contábeis, uma vez que a Companhia julga que a nova prática contábil é melhor que a anteriormente adotada, por ser mais aderente à prática adotada por outras companhias abertas.

As aplicações financeiras de curto prazo da Companhia vinham sendo classificadas de acordo com o prazo de vencimento, na data de sua aquisição. Dessa forma, apenas as aplicações com prazos de vencimento iguais ou menores que 90 dias eram classificadas como equivalentes de caixa, visto que esse é o indicado no IAS 7/CPC 03, e tal diretriz está alinhada com a política e estratégia de gerenciamento de caixa do acionista anterior. Aplicações financeiras com vencimento superior a 90 dias eram classificadas como investimentos de curto prazo. A Companhia analisou a movimentação dos seus investimentos de curto prazo e concluiu que as aplicações financeiras, representadas por CDBs e operações compromissadas, ainda que com prazo de contratação superior a 90 dias, podem ser resgatadas dentro de 90 dias, conforme seus compromissos de curtíssimo prazo, sem perda de valor em caso de resgate antecipado, ou seja, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, atingindo assim a definição de equivalente de caixa. Adicionalmente, o Grupo Auren gerencia o seu caixa considerando tais aplicações financeiras como parte da disponibilidade imediata, diferente do acionista anterior.

Dessa forma, a Companhia voluntariamente reclassificou as para equivalentes de caixa as aplicações financeiras cujo prazo de vencimento é superior a 90 dias, porém não possuem risco de perda de valor caso o resgate ocorra em data anterior ao vencimento, e que anteriormente estavam classificadas como investimentos de curto prazo.

Em 1º de janeiro de 2023 foi reclassificado o valor de R\$35.394, e em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$19.573, da rubrica de “investimento de curto prazo” para “caixa e equivalentes de caixa”.

Adicionalmente, houve uma redução na atividade operacional de R\$15.821, conforme demonstrado a seguir:

01/01/2023	Original	Reclassificação	Reapresentado
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	42	35.394	35.436
Investimentos de curto prazo	35.394	(35.394)	-
Contas a receber de clientes	742	-	742
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	402	-	402
Outros tributos a recuperar	326	-	326
Outros ativos	28.402	-	28.402
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	65.308	-	65.308
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Cauções e depósitos vinculados	2.947	-	2.947
Outros ativos	370	-	370
Imobilizado, líquido	231.979	-	231.979
Intangível, líquido	3.726	-	3.726
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	239.022	-	239.022
TOTAL DO ATIVO	304.330	-	304.330
<u>31/12/2023</u>			
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	2.691	19.573	22.264
Investimentos de curto prazo	19.573	(19.573)	-
Contas a receber de clientes	3.115	-	3.115
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	889	-	889
Outros ativos	23.333	-	23.333
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	49.601	-	49.601
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Cauções e depósitos vinculados	3.270	-	3.270
Outros ativos	370	-	370
Imobilizado, líquido	254.472	-	254.472
Intangível, líquido	365	-	365
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	258.477	-	258.477
TOTAL DO ATIVO	308.078	-	308.078

31/12/2023	Original	Reclassificação	Reapresentação
Atividades operacionais:			
Lucro líquido do exercício	19.056	-	19.056
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	7.963	-	7.963
Juros sobre arrendamento	(162)	-	(162)
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	(385)	-	(385)
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(4.339)	4.339	-
Encargos de dívidas, líquido de juros capitalizados	9.494	-	9.494
Amortização do custo de transação	56	-	56
Tributos e contribuições sociais diferidos	(83)	-	(83)
	31.600	4.339	35.939
Varição de ativos e passivos operacionais	(9.784)	(115)	(9.899)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	3.431	(3.431)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.631)	-	(2.631)
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados (Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	(2.425)	-	(2.425)
	16.614	(16.614)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	36.805	(15.821)	20.984
Atividades de investimentos:			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(24.437)	-	(24.437)
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	62	-	62
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	(24.375)	-	(24.375)
Atividades de financiamentos:			
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(1.207)	-	(1.207)
Dividendos pagos	(10.532)	-	(10.532)
Aumento (redução) de capital social	1.958	-	1.958
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	(9.781)	-	(9.781)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.649	(15.821)	(13.172)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	42	35.394	35.436
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.691	19.573	22.264

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível) estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva. Os CDBs e Quotas de fundos de investimento são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa			
Numerário disponível	575	1.270	42
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	24.320	20.994	35.394
Quotas de fundos de investimento (a)	5.059	-	-
Total	29.954	22.264	35.436

(a) As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Votorantim. As operações são compostas substancialmente por compromissadas.

Em 31 de dezembro de 2024, os Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e Quotas de fundo de investimento em 31 de dezembro de 2024 possuem liquidez diária e com rentabilidade média de 99,44% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98,56% em 31 de dezembro de 2023).

4 OUTROS ATIVOS

	2024	2023
Circulante		
Multas por atrasos (i)	-	23.327
Almoxarifado	-	-
Despesas pagas antecipadamente	269	-
Seguros a receber	185	-
Outros	99	6
Subtotal	553	23.333
Não circulante		
Outros	370	370
Subtotal	370	370
Total	923	23.703

- (i) Refere-se à compensação por atraso a receber prevista no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo atraso.

Os montantes foram integralmente compensados e liquidados no terceiro trimestre de 2024, conforme assinatura de acordo firmado em 22 de março de 2024.

5 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza critérios definidos pelo Órgão Regulador na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A desmobilização é provisionada quando da conclusão da obra e confirmada a obrigação presente. Consiste no registro contábil do passivo não circulante em contrapartida ao imobilizado, com valores que correspondem à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo dos Complexos eólicos. A provisão para desmantelamento será efetuada com base na estimativa desses custos apontados por uma consultoria externa, projetado até o fim da vida útil do parque e, nesse mesmo instante, será definida a taxa de desconto a ser utilizada.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2024			2023
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,35%	8.518	(543)	7.975
Máquinas e equipamentos	4,06%	266.204	(17.084)	249.120
Móveis e utensílios e outros	6,90%	29	(6)	23
Veículos	13,82%	16	(6)	10
Imobilizado em serviço		274.767	(17.639)	257.128
Bens vinculados às concessão e autorizações		274.767	(17.639)	250.067
Direito de uso de terreno arrendado (i)	3,33%	4.864	(667)	4.197
Total Imobilizado		279.631	(18.306)	261.325

- (i) A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 30 anos e depreciados a uma taxa média de 3,33%.

Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Remensuração	Provisão para custos socioambientais e desmantelamento	Transferências / Reclassificações (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Edificações, obras civis e benfeitorias	30.178	-	-	-	(21.660)	8.518
Máquinas e equipamentos	228.910	-	-	34	37.260	266.204
Móveis e utensílios e outros	-	-	-	-	29	29
Veículos	-	-	-	-	16	16
Imobilizado em serviço	259.088	-	-	34	15.645	274.767
Imobilizado em curso	-	14.381	-	-	(14.381)	-
Bens vinculados às concessão e autorizações	259.088	14.381	-	34	1.264	274.767
Direito de uso de terreno arrendado	4.904	-	(40)	-	-	4.864
Subtotal	263.992	14.381	(40)	34	1.264	279.631
Depreciação / Amortização arrendamento	(9.520)	(8.808)	-	-	22	(18.306)
Total Imobilizado	254.472	5.573	(40)	34	1.286	261.325

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Provisão para custos sociambientais e desmantelamento	Transferências / Reclassificações (j)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	18.873	-	-	-	11.305	30.178
Máquinas e equipamentos	109.478	-	-	2.306	117.126	228.910
Imobilizado em serviço	128.351	-	-	2.306	128.431	259.088
Imobilizado em curso	101.333	24.437	-	-	(125.770)	-
Bens vinculados às concessão e autorizações	229.684	24.437	-	2.306	2.661	259.088
Direito de uso de terreno arrendado	3.773	-	1.131	-	-	4.904
Subtotal	233.457	24.437	1.131	2.306	2.661	263.992
Depreciação / Amortização arrendamento	(1.478)	(8.050)	-	-	8	(9.520)
Total Imobilizado	231.979	16.387	1.131	2.306	2.669	254.472

- (i) Os montantes de transferências e reclassificações são referentes às unitizações ocorridas após o término do período de construção, através da emissão de laudo final emitido por consultoria especializada contratada. Estas reclassificações são necessárias para uma correta apresentação dos custos de imobilizado. O montante final de R\$1.286 refere-se às transferências ocorridas de estoque e intangível para imobilizado.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares, ou em preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou indicadores de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

6 FORNECEDORES

	2024	2023
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	280	268
Materiais e Serviços	5.629	5.272
Materiais e Serviços - partes relacionadas	-	1.118
Energia elétrica comprada para revenda	329	-
Total	6.238	6.658

7 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

	31/12/2024									
	Vencimento	Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
		Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custo de transação	Total	
BNB	2045	5.706	919	(62)	6.563	113.497	10.523	(760)	123.260	129.823

	2023									
	Vencimento	Circulante			Não Circulante				Total	Total circulante + não circulante
	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custos de transação	Total		
BNB	2045	3.955	424	(61)	4.318	119.202	11.382	(826)	129.758	134.076

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

A movimentação da dívida é como segue:

	Financiamentos
Saldos em 31 de dezembro de 2022	128.158
Encargos financeiros	9.494
Pagamento de principal	(1.207)
Pagamento de encargos financeiros	(2.425)
Amortização dos custos de transação	56
Saldos em 31 de dezembro de 2023	134.076
Encargos financeiros	9.131
Pagamento de principal	(4.322)
Pagamento de encargos financeiros	(9.128)
Diferimento dos custos de transação	(1)
Amortização dos custos de transação	67
Saldos em 31 de dezembro de 2024	129.823

7.1 Vencimentos das parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e custos de transação atualmente classificadas no passivo não circulante

	Empréstimos	Encargos	Custos de transação	Total
2026	6.242	579	(62)	6.759
2027	6.811	632	(61)	7.382
2028	6.574	609	(60)	7.123
2029	6.053	561	(59)	6.555
2030	6.514	604	(58)	7.060
2031 em diante	81.303	7.538	(460)	88.381
Total	113.497	10.523	(760)	123.260

7.2 Compromissos financeiros – “Covenants”

Objetivo	Covenant
Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social, sendo a primeira apuração realizada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.	ICSD: $\geq 1,1x$

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

7.3 Característica da dívida

Descrição	Valor ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamento de juros	Sistema de amortização do principal	Montante	Vencimento	Finalidade
Financiamento - BNB	123.157	Fev/2022	IPCA + 2,26%	Mensal	Mensal	134.076	Set/2045	Financiamento do Projeto Eólico Tucano

Os saldos devedores corrigidos monetariamente pelo IPCA em uma base diária são incorporados ao saldo de principal da dívida.

8 PARTES RELACIONADAS

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

	2024	2023
Ativo		
Contas a receber (iv)		
Unipar Carbocloro	3.684	3.115
Subtotal	3.684	3.115
Outros ativos		
Estoque sobressalente - Tucano F1	99	6
Subtotal circulante	99	6
Total do ativo	3.783	3.121
Passivo		
Fornecedores (iv)		
Energia elétrica comprada para revenda - Auren Operações	301	30
Condomínio - TH1	-	7
Subtotal	301	37
Dividendos a pagar		
Dividendos a pagar - TH3	12.758	9.052
Subtotal	12.758	9.052
Subtotal circulante	13.059	9.089
Outas obrigações		
Contas a pagar O&M - Auren Operações (i)	1.620	2.002
Subtotal	1.620	2.002
Subtotal não circulante	1.620	2.002
Total do passivo	14.679	11.091
Total do passivo + PL	14.679	11.091
Resultado (Receita líquida)		
Venda de energia - Auren Operações (ii)	287	-
Venda de energia - Unipar Carbocloro (iii)	41.362	36.238
Subtotal	41.649	36.238
Resultado (Custo de produção e operações de energia)		
Energia comprada P/ Revenda - Auren Operações	-	-
Energia comprada P/ Revenda - Tucano F8	-	-
Outros custos de vendas	-	(1.368)
Subtotal	-	(1.368)
Resultado (Outras (despesas) receitas operacionais)		
Outras despesas O&M - Auren Operações (i)	(1.187)	(1.153)
Subtotal	(1.187)	(1.153)
Total do resultado	40.462	33.717

- (i) Em 03 de setembro de 2020, a “Auren Operações” (controladora indireta) celebrou um contrato de prestação de serviço e gestão administrativa e operacional de projetos eólicos com a Companhia, onde será responsável pela prestação do serviço durante 10 anos, com a possibilidade de renovação por mais 10 anos.

- (ii) Refere-se principalmente a venda de energia celebrada entre a Companhia e a “Auren Operações” para fins de suprimentos de contratos de varejo e composição de lastro. Essas vendas foram efetuadas a um preço médio de R\$126,73 e montante envolvido de 2.268 MWh.
- (iii) Em 3 de setembro de 2020, cada um dos parques eólicos controlados pela Companhia executou acordos de venda de energia com a Unipar. A garantia física dos 3 parques eólicos é de 73,6 MW e a energia total a ser entregue nos 3 contratos é de 60 MW. O fornecimento iniciou em 1º de janeiro de 2023, logo após a entrada em operação comercial dos parques, com previsão de encerramento em 31 de dezembro de 2042.
- (iv) Os montantes estão apresentados, respectivamente, nas rubricas de “Contas a receber de clientes” e “Fornecedores” do Balanço Patrimonial.

9 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$134.060, composto por 134.060.110 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem nominal.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o quadro acionário da Companhia é composto como segue:

	2024	2023
	Ordinárias	Ordinárias
	Quantidade	Quantidade
Acionistas		
Tucano Holding III	134.060	134.060
Total das ações ordinárias	134.060	134.060

9.2 Reserva de Lucros

(a) Reserva Legal

Em 31 de dezembro de 2024, de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia constituiu uma reserva legal de R\$389 através da transferência de 5% do lucro líquido anual, apurado nos seus livros societários. Foram preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social.

(b) Reserva de investimentos

Para atender à projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Essa retenção deverá ser justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2024. A Companhia constituiu R\$3.706 a título de reserva de investimentos. Sobre este valor, cabe a deliberação da Assembleia Geral ou pelo órgão competente para a deliberação, podendo ser utilizado para investimentos ou mesmo para distribuição de dividendos adicionais.

9.3 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 50% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia distribuiu dividendos no montante de R\$3.706.

Em 23 de dezembro de 2024, a Companhia distribuiu R\$9.052 como dividendos intermediários, referente ao saldo da reserva de investimentos constituída em 2023.

10 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

A tabela a seguir apresenta a receita operacional líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Mercado de curto prazo	1.752	795
Partes relacionadas (i)	41.649	36.238
Lucro cessante (ii)	-	11.626
Receita operacional bruta	43.401	48.659
(-) PIS e COFINS	(1.530)	(1.760)
Receita operacional líquida	41.871	46.899

(i) Vide detalhes na nota explicativa N°8.

(ii) Referem-se a multas previstas no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo lucro cessante.

11 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2024	2023
Custo da produção de energia elétrica		
Contratos bilaterais	-	(1.732)
Contratos com partes relacionadas	-	(1.368)
Mercado de curto prazo	(6.067)	(4.294)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(3.312)	(3.199)
Taxa de fiscalização ANEEL	(278)	(130)
Subtotal	(9.657)	(10.723)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(2.337)	(51)
Depreciação e amortização	(8.818)	(7.963)
Seguros	(114)	-
Contribuições setoriais	(33)	-
Outros custos operacionais	-	(7)
Subtotal	(11.302)	(8.021)
Total	(20.959)	(18.744)

12 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2024	2023
Seguros	-	(16)
Contribuições setoriais	(1)	(1)
Operação e manutenção O&M (i)	(1.187)	(1.153)
Taxa de fiscalização - ANEEL	(52)	-
Outros	(144)	-
Total	(1.384)	(1.170)

(i) Em 03 de setembro de 2020, a Auren Operações S.A. (coligada indireta) celebrou um contrato de prestação de serviço e gestão administrativa e operacional de projetos eólicos com a Companhia, onde será responsável pela prestação do serviço durante 10 anos, com a possibilidade de renovação por mais 10 anos.

13 RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	2.409	4.339
Variações monetárias	363	385
Outras receitas financeiras	(4)	37
Subtotal	2.777	4.761
Despesas financeiras		
Encargos financeiros de dívidas	(9.281)	(8.859)
Variações monetárias	-	(691)
Juros sobre passivo de arrendamento	(604)	(162)
Tarifas e encargos bancários	(90)	(6)
Outras despesas financeiras	(2.134)	(19)
Subtotal	(12.109)	(9.737)
Total Líquido	(9.332)	(4.976)

14 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2024, a apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia foi realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

No regime de tributação pelo lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	2024	
	IRPJ	CSLL
IRPJ/CSLL		
Receita operacional tributável	64.680	64.680
Alíquota lucro presumido	8%	12%
Receita presumida	5.174	7.762
Outras receitas	1.445	1.445
Base de cálculo	6.619	9.207
Alíquota:	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(993)	(829)
Adicional (10%)	(638)	-
Outros ajustes	1	-
IRPJ e CSLL corrente	(1.630)	(829)
IRPJ e CSLL diferido	455	246
Total tributos no resultado	(1.175)	(583)

	2023	
	IRPJ	CSLL
IRPJ/CSLL		
Receita operacional tributável	50.916	50.916
Alíquota lucro presumido	8%	12%
Receita presumida	4.073	6.110
Outras receitas	4.077	4.077
Base de cálculo	8.150	10.187
Alíquota:	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(1.222)	(917)
Adicional (10%)	(791)	-
IRPJ e CSLL corrente	(2.013)	(917)
IRPJ e CSLL diferido	54	29
Total tributos no resultado	(1.959)	(888)

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

15.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria		
ATIVO (Circulante e não circulante)							
	Numerário disponível	3	575	575	1.270	1.270	Custo amortizado
3	Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	24.320	24.320	20.994	20.994	Valor justo por meio do resultado	
3	Quotas de fundos de investimento	5.059	5.059	-	-	Valor justo por meio do resultado	
	Contas a receber de clientes	3.684	3.684	3.115	3.115	Custo amortizado	
	Cauções e depósitos vinculados	3.593	3.593	3.270	3.270	Custo amortizado	
	Total	37.231	37.231	28.649	28.649		
PASSIVO (Circulante e não circulante)							
6	Fornecedores	6.238	6.238	6.658	6.658	Custo amortizado	
6	Empréstimos e financiamentos	129.823	129.823	134.076	134.076	Custo amortizado	
8	Contas a pagar a partes relacionadas	1.921	1.921	2.039	2.039	Custo amortizado	
	Passivo de arrendamento	6.426	6.426	6.480	6.480	Custo amortizado	
	Dividendos a pagar	12.758	12.758	9.052	9.052	Custo amortizado	
	Total	157.166	157.166	158.305	158.305		

15.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco de a Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's ou Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, *rating* inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$5.000.000) e até 25% (PL superior a R\$5.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$4.000.000) até 5% (PL superior ou igual a R\$5.000.000 e inferior a R\$8.000.000) de seu PL ou até 7% (PL superior ou igual a R\$8.000.000), considerando o total de investimentos do Grupo Auren. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

Contas a receber

As vendas de energia são efetuadas para consumidores livres, por meio de contratos bilaterais. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Empresa possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a *bureaus* de crédito, (ii) cálculo do *rating* de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, *rating* e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	29.954	22.264
Contas a receber de clientes	3.684	3.115
Cauções e depósitos vinculados	3.593	3.270
Total	37.231	28.649

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia controla suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	2024	2023
Empréstimos e financiamentos	129.823	134.076
Caixa e equivalentes de caixa	(29.954)	(22.264)
Garantias de financiamento	(3.593)	(3.270)
Dívida líquida	96.276	108.542
Patrimônio líquido	140.217	145.173
Dívida líquida / Patrimônio líquido	69%	75%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Fornecedores	6.238	-	-	-	-	6.238
Empréstimos e financiamentos	1.895	4.730	14.264	20.916	88.841	130.645
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	1.921	-	-	1.921
Passivo de arrendamento	18	53	77	278	6.000	6.426
Dividendos a pagar	-	12.758	-	-	-	12.758
Total	8.151	17.542	16.262	21.194	94.841	157.988

(b.4) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures) com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2024. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da companhia.

(b.5) Riscos de taxas de juros

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2024 é:

	2024	2023
Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e Operações Compromissadas	24.320	20.994
Quotas de fundos de investimento	5.059	-
Empréstimos e financiamentos	(129.823)	(134.076)
Total	(100.444)	(113.082)

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção do indexador IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% dos empréstimos e financiamentos.

Investimentos de curto prazo	Risco	31/12/2024	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,95%	10,43%	13,90%	17,38%	20,85%
Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e Operações	CDI	24.320	1.690	2.537	3.380	4.227	5.071
Quotas de fundos de investimento	CDI	5.059	352	528	703	879	1.055
Impacto no resultado			2.042	3.064	4.084	5.106	6.126
Total da exposição líquida			2.042	3.064	4.084	5.106	6.126

Empréstimos e financiamentos	Risco	31/12/2024	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,50%	3,75%	5,00%	6,25%	7,50%
BNB	IPCA	(129.823)	(6.788)	(8.454)	(10.120)	(11.786)	(13.452)
Impacto no resultado			(6.788)	(8.454)	(10.120)	(11.786)	(13.452)
Total da exposição líquida			(6.788)	(8.454)	(10.120)	(11.786)	(13.452)

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Tucano Holding III, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo Auren no Brasil e Grupo Unipar é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

***Constrained-off* de usinas eólicas**

O *constrained-off* é a redução da geração de energia de uma ou mais usinas, determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), por motivos alheios à gestão do empreendedor, tais como indisponibilidades nas linhas de transmissão, limites da capacidade de escoamento da rede ou excesso de geração frente a demanda de energia do sistema.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do *constrained-off* eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos até setembro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do *constrained-off*.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período “definitivo” do *constrained-off* eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

No que se refere ao período definitivo, para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021, os ressarcimentos serão devidos, para os montantes contratados tanto no mercado regulado (ACR) quanto no mercado livre (ACL), após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente pelo ONS com base em uma média móvel dos últimos cinco anos das indisponibilidades médias apuradas para as funções de transmissão de tensões 230 kV e 500 kV. Atualmente, a franquia para usinas eólicas é de 83 horas anuais.

Para as usinas de fonte solar, a ANEEL aprovou em setembro de 2024 a Resolução Normativa nº 1.073/2023, que estabelece os procedimentos e os critérios para apuração e pagamento de restrições da operação de usinas solares fotovoltaicas por *constrained-off*.

Assim como no caso das eólicas, a regulação da ANEEL limita o pagamento da compensação aos geradores às situações classificadas como “Razão de indisponibilidade externa”. O gerador assume o risco até um limite temporal regulatório em que o evento é considerado ordinário. Essa “franquia” é considerada metade da franquia calculada para as usinas eólicas, considerando que o período de geração da fonte solar se aproxima a metade das horas de um dia. Atualmente de 41 horas e 30 minutos por ano para a fonte solar.

Esta regra passou a valer de forma definitiva a partir de março de 2024 e espera-se uma demora no processamento e efeitos econômicos e financeiros devido a necessidade de aprovação das regras de comercialização que detalham o processo operacional realizado pela CCEE, pendente de abertura de nova Consulta Pública pela ANEEL.

Ao fim de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) ajuizaram ação judicial para discutir os efeitos da Resolução Normativa ANEEL (REN ANEEL) nº 1.030/2022, que limita a compensação integral por eventos de restrição de operação por *constrained-off* e prevê possibilidade de compensação apenas para os cortes de geração classificados pelo ONS como razão de indisponibilidade externa, ou seja, motivados por indisponibilidades em instalações de transmissão ou da distribuição.

Assim, os cortes classificados como de razão de atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica, em situações de redução de geração devido ao atingimento de limite de linhas de transmissão, e os cortes classificados como de razão energética, em situações em que há impossibilidade de alocação de geração na carga não são passíveis de compensação, de acordo com a regulamentação vigente.

No curso do processo, em dezembro de 2024, acolhendo o pedido das Associações, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu a liminar a favor das associações e determinou que o regulamento deverá, necessariamente, prever mecanismos de compensação de encargo para cobertura dos custos de operação e, mais especificamente, por restrição de transmissão. Ainda, foi determinado que no próximo Relatório do Processamento da Contabilização da Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, a ser divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e nos subseqüentes, promova a compensação integral aos geradores associados às agravantes.

No entanto, em janeiro de 2025, após diversos desdobramentos no processo, a ANEEL requereu ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão da referida liminar. A suspensão preconiza que não seria o caso de deferimento liminar do pedido das Associações e que eventuais prejuízos devem ser apurados no curso da ação, podendo ser equalizados nos contratos celebrados com a União por meio de reequilíbrio econômico-financeiro.

Diante de tal contexto, o ressarcimento devido aos geradores eólicos e solares por *constrained-off* para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021 seguem suspensos até que tais providências sejam definidas pelos órgãos responsáveis. Eventuais recontabilizações de períodos anteriores podem ocorrer a depender das movimentações da ação judicial em curso.